



PROTESTO CONTRA A PEC DO TETO DE GASTOS EM 2016

TETO DE GASTOS

GATE

Autores: * Ana Luiza Matos de Oliveira (economista, Doutora em Desenvolvimento Econômico / Unicamp; Professora da Flacso/Brasil). * Ana Paula Guidolin (economista, mestranda em Teoria Econômica / Unicamp)* Jorge Abrahão de Castro (estatístico; Doutor em Economia/Unicamp; ex-diretor do IPEA) Leia a íntegra em: INSTITUTOLULA.ORG.BR

O Teto de gastos e a destruição do Estado Social Cidadão de 1988

Criada na esteira do golpe de 2016, a lei do "teto de gastos" congela os gastos públicos por 20 anos. Foi aprovada com amplo apoio das forças conservadoras, que buscavam interromper um projeto de país. Mas além do propósito fiscal, a medida teve também a finalidade de pressionar executivo e legislativo a desmontar o Estado Social da Constituição de 1988.

Erro de diagnóstico

O argumento para implantar o teto foi fundado em um diagnóstico falacioso e numa esperança infundada. Diziam que o crescimento acelerado dos gastos havia quebrado o país. E que o corte de despesas restauraria a confiança, atraindo o investidor privado.

Os dados mostram que não houve aceleração e os gastos primários chegaram mesmo a diminuir no governo Dilma. Foi a queda nas receitas durante a crise que gerou os déficits primários a partir de 2014. O investimento privado esperado nunca chegou.

Como resultado, a economia não se recupera e as desigualdades aumentam. Entre 2014 e 2019, a extrema pobreza aumentou 54,22%. O número de desocupados, subocupados e desalentados cresceu em 111,81%.

Para piorar, na pandemia a retração em serviços públicos como saúde e educação prejudica quem precisa de direitos básicos justamente em um momento de crise.

Remédio agravou a doença

O remédio amargo da austeridade não cura, só agrava a doença. Apesar do fracasso da retomada do crescimento, o teto serviu para justificar reformas que desmantelam o Estado Social Cidadão pactuado em 1988.

O mito das reformas

Cada reforma que fracassa vira argumento para aprovação de outra reforma. No fim, elas pioram não somente o quadro econômico, mas também o social.

Desemprego + ociosidade na produção

1) nesse cenário, gastos públicos não geram inflação de demanda (a inflação que se observa é de oferta e resulta principalmente da desvalorização cambial)

2) os gastos nessa conjuntura possuem multiplicador fiscal ainda maior.

A reforma necessária

A reforma necessária é uma reforma tributária que revise gastos tributários ineficientes e concentradores de renda, que taxe grandes fortunas e heranças e que torne o sistema mais progressivo.

O investimento público está relacionado ao projeto de país que se deseja. A escolha pela austeridade significa que a situação dos brasileiros vai piorar; e que no longo prazo é o próprio Estado Social Cidadão que será destruído e o destino será a barbárie.